

## INFORME SOBRE A FALTA DE REGULAMENTAÇÃO DA GQIII – 19/04

A Ascema Nacional entidade que junto com a CONDSEF representa nacionalmente os servidores da área ambiental (MMA, IBAMA, ICMBio e SFB), servidores públicos que exercem atribuições imprescindíveis ao Estado brasileiro, ligadas às questões ambientais merecem respeito e consideração do governo e seus dirigentes.

Desde a publicação da Lei no 13324/16 que buscamos incansavelmente diálogo com os dirigentes do Ministério do Meio Ambiente para que eles agissem com rapidez, tanto pela via técnica junto ao Ministério do Planejamento, quanto pela via Política, ou seja, o Ministro do Meio Ambiente atuar junto ao Ministro do Planejamento e a Casa Civil de maneira que fosse publicada a regulamentação da GQIII.

Buscamos e tivemos diversas reuniões e trocas de e-mail, porém o que sempre ouvimos em todo este período foram argumentos que para nós somente demonstrou a falta de interesse do governo de cumprir o que determinou a Lei 13.324, de 29/07/2016, ao incluir um terceiro nível de Gratificação de Qualificação profissional, a GQ III, tanto para os servidores da CEMA quanto para os servidores do PECMA.

Ao todo foi nove meses de espera e desculpas por parte do Ministério do Meio Ambiente sem a efetiva participação do Ministro Sarney Filho nas negociações, fato este que somente contribui para estarmos na situação que hoje se encontra a área ambiental.

A Ascema Nacional mediante os últimos documentos (em anexo) recebidos do Ministério do Meio Ambiente entendeu que não poderia mais ficar no aguardo *ad infinitum* sem ser concretizado, o que os servidores anseiam que é a regulamentação da GQIII e o pagamento retroativo a data da publicação da Lei.

No dia 18/04 notificamos o Ministro do Meio Ambiente – José Sarney Filho (em anexo) pela **quebra do Acordo que foi assinado entre os representantes dos servidores da área ambiental (Ascema Nacional e CONDSEF) com o Governo, através do Ministério do Planejamento.**

Por isso, a Ascema Nacional entende ser o momento de apresentar as dificuldades que temos ao negociar com o governo, que neste momento só pensa em subtrair os nossos direitos conquistados ao longo de décadas de lutas país.

Acreditamos que se não houver pressão por parte das entidades e dos servidores, para que haja mudança de posicionamento do Ministro (assumir o papel que cabe a ele fazer, que é a negociação política junto a quem for de direito) não teremos modificações efetivas desse cenário.